



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 36 • 26/11 a 02/12/06 • ISSN1809-6182

Resenhas

01/12/2006 – A eleição de Daniel Ortega na Nicarágua.....p.01

A últimas eleições da Nicarágua ocorreram de forma tranqüila e pacífica. De maneira transparente Daniel Ortega, líder sandinista, foi eleito o novo presidente do segundo país mais pobre da América Latina.

28/11/2006 – Anunciado fim da guerra civil no Nepalp.04

Em 21 de novembro de 2006, o governo transitório do Nepal assinou com líderes rebeldes maoístas um acordo de paz, pondo fim a um conflito iniciado em 1996. Sete dias depois, assinaram um novo acordo estabelecendo as regras do desarmamento das forças insurgentes, sob inspeção da ONU. Aguardam agora o aval da organização. As iniciativas sucedem a capitulação do Rei Gyanendra, que renunciou em abril aos poderes executivos que tomou ano passado, quando expulsou o Primeiro-Ministro.

24/11/2006 – Agravamento da situação na Faixa de Gazap.08

O seqüestro de um soldado israelense no mês de junho, somado à intensificação das hostilidades entre palestinos e israelenses, deu início à violenta situação em que se encontra a Faixa de Gaza atualmente.

23/11/2006 – O perfil da migração africanap.11

Identificam-se as principais características do fenômeno migratório africano, bem como seus impactos e as oportunidades que se descortinam a partir dos fluxos de pessoas e de remessas financeiras.

A eleição de Daniel Ortega na Nicarágua

Resenha
Política/ Desenvolvimento

Lígia Franco Prados Mello
01 de dezembro de 2006

A últimas eleições da Nicarágua ocorreram de forma tranqüila e pacífica. De maneira transparente Daniel Ortega, líder sandinista, foi eleito o novo presidente do segundo país mais pobre da América Latina.

No dia 5 de novembro de 2006, ocorreu na Nicarágua, segundo país mais pobre da América Latina, ficando atrás apenas do Haiti, as eleições para presidente, vice, deputados do Congresso local e do Parlamento Centro Americano¹.

Os candidatos e o eleito

Cinco partidos políticos e alianças participaram da campanha política da Nicarágua. Os cinco candidatos à presidência eram: o ex-presidente, e novamente eleito, Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN); Eduardo Montealegre, da Aliança Liberal Nicaragüense (ALN), segundo lugar nas pesquisas; José Rizo, do Partido Liberal Constitucionalista (PLC); Edmundo Jarquín, do Movimento Renovador Sandinista (MRS); e o ex-guerrilheiro Éden Pastora, da Alternativa pela Mudança (AC).

O presidente eleito, Daniel Ortega, já governou o país há 27 anos atrás e era um revolucionário marxista que liderou a insurgência contra Somoza e os Estados Unidos em 1980. Atualmente, ele afirma ser muito diferente daquele líder que era amigável à União Soviética, que expropriou terras e apoiou a 'Contra Guerra'², que deixou um saldo de 30 mil mortos e destruiu a economia do país. Há 16 anos, desde que entregou o governo a Violeta Chamorro, em 1990, Daniel Ortega nunca deixou de concorrer à presidência. Durante a última campanha ele fez um discurso mais ameno e prometeu dar continuidade ao tratado de livre comércio regional com os Estados Unidos, o CAFTA, além de manter boas relações com Washington.

O segundo candidato mais bem votado, Eduardo Montealegre, por sua vez, graduou-se em Harvard, formou a Aliança Liberal Nicaragüense e era apoiado por George W. Bush. Ortega, porém, com discurso mais moderado, conseguiu obter a maioria necessária e se

¹ O Parlamento Centro-Americano (Parlacen) é um organismo internacional, criado em outubro de 1991 pela Guatemala, Honduras e El Salvador. Em 1997, a Nicarágua também aderiu ao Parlamento, em 1999 o Panamá e em 2004 a República Dominicana.

² A 'Contra-Guerra' foi uma fúria popular contra a dinastia dos Somoza, contra uma ditadura que há mais de meio século, os fuzileiros navais haviam colocado no poder.

eleger.

As promessas de Ortega

Daniel Ortega, hoje com 60 anos de idade, mudou seu discurso marxista e antiestadunidense e passou a falar principalmente sobre Deus, paz e reconciliação. Ele declara que pretende eliminar a pobreza do país e encorajar o investimento privado para gerar empregos no país.

Ortega prometeu ainda manter bom relacionamento com Washington, por saber dos custos de um confronto com os Estados Unidos. Já que o embargo econômico imposto à Nicarágua em 1980 arruinou a ambição sandinista de progressos na educação e na saúde.

As eleições

O presidente eleito teve 38% dos votos, enquanto o segundo candidato mais bem votado teve 29% dos votos.

O Conselho Supremo Eleitoral da Nicarágua trabalhou muito para garantir transparência nas eleições e o processo eleitoral foi bastante elogiado, inclusive por Jimmy Carter, ex-presidente dos Estados Unidos. Carter, assim como Alejandro Toledo, ex-presidente do Peru, e Nicolas Ardito, ex-presidente do Panamá, integraram uma comissão de observadores da eleição. Essa missão foi formada pelo Centro Carter, que trabalha nas eleições em colaboração com a Organização Ética e Transparência, que enviou um observador para cada centro de votação.

Mesmo com todo esse trabalho e com todos os elogios quanto à clareza do processo eleitoral, Eduardo Montealegre pedia que se contassem os votos minuciosamente, pois não queria reconhecer Daniel Ortega como presidente eleito. Ele afirmou antes das apurações que estava preocupado com o atraso da abertura das urnas e com a lentidão do

processo eleitoral. Além disso, outro candidato, Jarquín, denunciou irregularidades na votação, como o atraso nas mesas eleitorais e o impedimento de que fiscais de seu partido tivessem acesso a elas.

Segundo os observadores eleitorais, no entanto, pode-se destacar a normalidade do processo eleitoral, com pequenos incidentes técnicos que não comprometeram a transparência do processo. O chefe da missão dos observadores da OEA, o boliviano, Gustavo Fernández declarou que o clima da campanha havia sido tranquilo e não havia razão para essa tranquilidade mudar no dia das eleições e comentou ainda a tradição de alta participação nas eleições da população nicaragüense.

Reações à eleição de Ortega

A eleição de Daniel Ortega, um líder sandinista, causou certo tumulto no continente americano. A vitória de Ortega agradou ao presidente venezuelano, Hugo Chávez, que tenta construir uma aliança antiestadunidense na América Latina. Chávez ligou para parabenizar o presidente eleito, Ortega, que disse a Chávez ter certeza de sua reeleição na Venezuela nas eleições.

A Casa Branca, porém, deixa claro que Ortega precisa de apoio estadunidense para obter sucesso em suas propostas. E, apesar de Ortega ter afirmado, em seus discursos recentes, que irá manter um relacionamento amigável com Washington, os líderes estadunidenses continuam não confiando em sua mudança. De acordo com alguns analistas internacionais, a eleição de Ortega preocupa a administração Bush, já que se trata de mais um governo latino americano que pode se aliar a Chávez. Para o jornal britânico *The Independent*, no entanto, seria um erro exagerar a importância estratégica do que é um minúsculo e empobrecido país.

Referência

Sites:

Agence France Presse

<http://www.afp.com>

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

Reuters

<http://www.reuters.com>

The Independent

<http://www.independent.co.uk>

The New York Times

<http://www.nytimes.com>

Wikipedia

<http://www.wikipedia.com>

Anunciado fim da guerra civil no Nepal

Resenha
Segurança

Frederico de Faria e Silva
28 de novembro de 2006

Em 21 de novembro de 2006, o governo transitório do Nepal assinou com líderes rebeldes maoístas um acordo de paz, pondo fim a um conflito iniciado em 1996. Sete dias depois, assinaram um novo acordo estabelecendo as regras do desarmamento das forças insurgentes, sob inspeção da ONU. Aguardam agora o aval da organização. As iniciativas sucedem a capitulação do Rei Gyanendra, que renunciou em abril aos poderes executivos que tomou ano passado, quando expulsou o Primeiro-Ministro.

O acordo assinado em 21 de novembro pelo Primeiro-Ministro Girija Prasad Koirala e pelo líder do Partido Comunista do Nepal, comandante Prachanda, foi saudado por vários atores internacionais. Segundo o jornal *The Rising Nepal*, Estados Unidos, Índia, China, União Européia e a Organização das Nações Unidas (ONU) já se pronunciaram favoravelmente ao acordo e prometeram ajudar o incipiente processo de paz.

O acordo pretende pôr fim a um conflito armado iniciado em 1996, travado entre as forças maoístas (CPN, sigla em inglês) lideradas por Prachanda e o Exército Real Nepalês (RNA, sigla em inglês). Segundo a BBC, mais de 13 mil pessoas morreram no conflito, muitas delas civis.

História do conflito

O Nepal é liderado por primeiros-ministros hereditários do clã Rana ou por monarcas da família Shah desde o século XVIII. Um breve interlúdio multipartidário (1959-1960) terminou quando o Rei Mahendra, pai do atual Rei

Gyanendra, suspendeu a Constituição após a vitória do Partido do Congresso Nepalês nas eleições. Desse golpe de Estado até 1990 o Nepal passou por vários formatos constitucionais – nenhum dos quais, segundo o *International Crisis Group*, permitia partidos políticos genuinamente livres.

Sob crescentes pressões internas e internacionais, o governo restabeleceu uma democracia multipartidária em 1990, sob os auspícios de uma monarquia constitucional. Na primeira eleição parlamentar seguinte, o Partido Comunista do Nepal participou, conquistando algumas cadeiras¹. Contudo, boicotou as eleições seguintes e a partir de 1996 começou a realizar ataques armados em alvos governamentais e civis, com o objetivo de extinguir a monarquia e estabelecer uma

¹ Fontes divergem sobre este assunto. A informação de que o CPN conseguiu algumas cadeiras é do discurso do Primeiro-Ministro Deuba, cujo link está na próxima nota de rodapé. Mas segundo a BBC, os maoístas “nunca conseguiram assentos eleitorais” (http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/south_asia/6127824.stm).

República Popular do Nepal. O boicote do CPN e seu recurso à força, conforme discurso do então Primeiro-Ministro Sher Bahadur Deuba em 2002, deve-se aos maoístas terem “percebido sua popularidade declinante”².

Os ataques dos maoístas foram amplos. Segundo o mesmo discurso, os alvos incluíam “pontes, torres de telecomunicação, usinas de eletricidade, aeroportos rurais, postos de saúde” e outras estruturas.

Segundo o *International Crisis Group*, quando os ataques se intensificaram, em 2001, a ordem política do Nepal parecia estar à beira da desintegração. Em julho do mesmo ano, o Primeiro-Ministro Deuba “anunciou um cessar-fogo (...) imediatamente reciprocado” pelos maoístas. Mas em novembro o CPN rompeu com o cessar-fogo, “lançando ataques em postos do exército e da polícia”.

Com a escalada do conflito e o país em estado de emergência, o Rei Gyanendra fechou o parlamento em outubro de 2002, assumiu poderes executivos, e assegurou que eleições seriam realizadas em breve. Contudo, a insurgência e a incapacidade do governo em estender sua autoridade para as áreas dominadas pelos maoístas tornavam impraticável realizá-las. Com efeito, a retórica do governo à época era justamente que “o governo está (...) comprometido em realizar eleições para os órgãos locais e para a Câmara dos Deputados (...) [O] primeiro requisito para se realizar uma eleição, todavia, é o aprimoramento da situação de segurança”³.

Conforme análise da BBC, isto deixava

Kathmandu na seguinte situação: a insurgência continuaria até que “desenvolvimentos sociais e econômicos substanciais ocorressem nas áreas rurais dominadas pelos maoístas”, mas esse desenvolvimento não poderia acontecer enquanto o governo não ganhasse *acesso* a essas aéreas - acesso que só pode ser alcançado com “meios militares altamente impopulares e potencialmente contraprodutivos contra um exército de guerrilha bem organizado”.

Gyanendra: golpe e queda

Um segundo cessar-fogo (janeiro a agosto de 2003) foi rompido por um dramático aumento da violência, com mais de 1.000 mortes em quatro meses. Com o Parlamento fechado e as eleições adiadas por várias vezes, os partidos políticos começaram a se afastar de Gyanendra, e a exigir que ele renunciasse aos poderes executivos.

Mas em 1º de fevereiro de 2005 Gyanendra realizou um golpe de Estado, expulsando o Primeiro-Ministro Deuba e indicando um novo gabinete. O Rei cortou elos de comunicação entre o Nepal e o resto do mundo, ordenou que o exército promovesse censuras, e colocou vários políticos sob asilo doméstico. Acusou Deuba de fracassar em trazer os maoístas para acordos de paz ou em preparar o terreno para eleições.

Os planos de Gyanendra em desempenhar papel central na política nepalesa, todavia, não duraram muito. A Aliança dos Sete Partidos (SPA, sigla em inglês) juntou esforços com o CPN para coordenar grandes protestos populares. Nos protestos, reivindicavam a restauração do parlamento, e o fim do que consideravam uma tentativa de construir uma monarquia absolutista. Algumas dessas demonstrações, segundo a BBC, estão entre as maiores que o país já presenciou.

Ainda segundo a BBC, analistas dizem que diante dessa demonstração de poder,

² **A Fledgling Democracy and Its Fight Against Terrorism**
<http://www.mofa.gov.np/uploads/news/20060313103143.pdf>.

³ **Speech by Rt. Hon'ble Prime Minister Mr Lokendra Bahadur Chand**
<http://www.mofa.gov.np/news/metadata.php?NewsID=178&bread=Speeches#>.

“o rei não tinha escolha a não ser recuar, ou o país teria mergulhado em anarquia”.

Assim, em 24 de abril de 2006 Gyanendra renunciou aos poderes executivos, reabriu o parlamento, e convidou a SPA a implementar seus planos de reforma política, incluindo uma Assembleia Constituinte. Instituiu-se então um governo transitório. (veja [O Nepal e a nova realidade política](#)).

Esse governo transitório prontamente acordou novo cessar-fogo com o CPN, reduziu a monarquia a um papel cerimonial, e encerrou o *status* hindu do Nepal – agora o Estado é laico. Começou também as negociações para um acordo de paz com os maoístas.

Implicações dos acordos

Sob o acordo fechado entre o novo Primeiro-Ministro e o CPN em 21 de novembro, negociado ao longo do cessar-fogo, os maoístas vão se juntar ao governo transitório.

A partir de 1º de dezembro, começam os trabalhos do gabinete provisório, de cujos 23 ministros cinco serão do CPN. Além disso, das 330 cadeiras do parlamento, 73 serão concedidas aos maoístas.

O novo governo deve trabalhar na eleição das 425 pessoas que formarão a Assembleia Constituinte, agendada para acontecer em março ou abril de 2007⁴ segundo a Reuters, até junho segundo o *The Indian Express*. Sob o acordo, a assembleia vai determinar, dentre outras coisas, o destino da monarquia. Segundo a agência Bloomberg, os maoístas são a favor de extinguir a instituição por completo; já o Primeiro-Ministro Koirala é a favor de manter Gyanendra como Chefe de Estado, com funções cerimoniais. O Ministro do Planejamento e Obras, Gopal

Man Shrestha, tem uma proposta intermediária: criar o posto de Presidente do Nepal, com Gyanendra sendo o primeiro a ocupá-lo. Segundo a agência Zee News, concordou-se que a Constituinte decidirá a questão por maioria simples.

O acordo de 21 novembro prevê também que o Rei não terá nenhuma função de Chefe de Governo e que as propriedades de Gyanendra serão nacionalizadas. Uma declaração do parlamento feita em maio já estabelecia a mudança de nome do Exército Real Nepalês (agora sem o “Real”), e que ele passaria a ter novo comandante. Estabelece também diretrizes para um plano de desarmamento.

Dando continuidade a esse trabalho, em 28 de novembro o CPN e o governo assinaram um segundo acordo, segundo o qual as forças combatentes maoístas irão trancar suas armas em determinados acampamentos, que serão vigiados por câmeras e monitorados pela ONU. O Gabinete de Koirala já aprovou a liberação de US\$ 1,3 milhão para financiar os acampamentos.

Conforme acordado, as forças do CPN devem entregar as armas antes do partido se juntar ao governo provisório. Divergências nas propostas de como conduzir esse processo geraram atrasos, impedindo que certas metas fossem cumpridas nos prazos estabelecidos. Segundo o repórter Paul Tighe, da Bloomberg, até o dia 27 as partes não haviam fechado acordo sobre quantas pessoas poderiam permanecer armadas nos acampamentos para providenciar a segurança, nem em como os rebeldes se juntariam ao Exército após as eleições. Além disso, o Enviado da ONU para o Nepal, Ian Martin, disse que o governo e os rebeldes não levaram em conta, ao afixarem os prazos, o tempo que levaria para que a ONU preparasse monitores e os enviasse ao país.

No dia 28, governo e CPN afinal concluíram o acordo, e agora aguardam

⁴ Extensa análise pode ser vista em **Nepal insurgency** http://www.alertnet.org/db/crisisprofiles/NE_INS.htm?v=in_detail.

que a ONU o aprove. Seu texto de 12 páginas foi disponibilizado pelo site *The Rising Nepal*⁵; um resumo dos pontos mais importantes foi feito pela agência China View⁶.

Implicação importante do processo de paz no Nepal pode ser a perda da importância percebida de acordos multilaterais. No entender do *International Crisis Group*, “a comunidade internacional perdeu credibilidade tentando pressionar as partes num compromisso incapaz de funcionar”, e deve agora “evitar erros similares”. O povo nepalês, sob essa ótica, precisa agora apenas de um monitoramento dos acordos realizados. Na busca mesma da solução, andou com as próprias pernas.

Ver também:

02/05/2006 – [O Nepal e a nova realidade política](#)

Referência

Conflict history: Nepal
http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?action=conflict_search&l=1&t=1&c_country=79.

Full Text of Agreement on Monitoring of the Management of Arms and Armies.
 Disponível em
<http://www.gorkhapatra.org.np/content.php?nid=7190>.

Nepal draft on UN role to be finalised today
<http://www.indianexpress.com/story/17507.html>.

Nepal: Maoist insurgency
<http://www.crisisgroup.org/home/in>

dex.cfm?id=2929.

Nepal minister proposes King Gyanendra be made president
<http://www.zeenews.com/znnew/articles.asp?rep=2&aid=338165&sid=SAS>.

Peace deal ends Nepal's civil war
http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/south_asia/6169746.stm.

Q&A: Nepal's future
http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/south_asia/2707107.stm.

The End Of Violent Conflict
<http://www.gorkhapatra.org.np/content.php?nid=7073>.

Three Cheers For Nepal's New Democracy
<http://www.countercurrents.org/nepal-bidwai271106.htm>.

Who are Nepal's Maoist rebels?
http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/south_asia/3573402.stm.

Sites:

China View

<http://news.xinhuanet.com>

Governo do Nepal

www.nepal.gov.np/index_eng.php

Ministério das Relações Exteriores do Nepal

www.mofa.gov.np

Reuters AlertNet

www.alertnet.org

The News International

www.thenews.com.pk

⁵ Confira o acordo na íntegra em <http://www.gorkhapatra.org.np/content.php?nid=7190>.

⁶ **Nepali govt, CPN sign agreement on monitoring of arms**
http://news.xinhuanet.com/english/2006-11/29/content_5403926.htm.

Agravamento da situação na Faixa de Gaza

Resenha
Segurança

Raphael Rezende Esteves
24 de novembro de 2006

O seqüestro de um soldado israelense no mês de junho, somado à intensificação das hostilidades entre palestinos e israelenses, deu início à violenta situação em que se encontra a Faixa de Gaza atualmente.

A situação atual da Faixa de Gaza caracteriza-se pela intensificação do conflito entre palestinos e israelenses. Mesmo havendo retirado os assentamentos e bases militares no ano passado, com o seqüestro de um soldado israelense em junho, Israel estabeleceu-se no entorno da região e assumiu uma atitude mais incisiva em relação a grupos palestinos responsáveis por ataques ao território israelense.

A violência aumentou consideravelmente entre as duas partes do conflito após o seqüestro, de forma que os ataques palestinos com foguetes de fabricação caseira tornaram-se mais freqüentes, o que levou a retaliações por parte de Israel. Surgiram, também, muitas críticas acerca das respostas israelenses aos ataques palestinos, tendo em vista a desproporção das mesmas. Segundo o grupo Human Rights Watch, desde setembro de 2005, Israel teria lançado 15.000 disparos de artilharia, ao passo que os palestinos teriam lançado cerca de 1.700 foguetes de fabricação caseira. Os ataques palestinos teriam matado dois israelenses no período. Já Israel teria matado mais de 400 palestinos na Faixa de Gaza, no mesmo período.

O entendimento da proporção do uso da

força não se mostra unívoco [Ver: [- e necessidade: limites impostos pelo Direito Internacional Contemporâneo ao uso da força?](#)]. Pelo menos duas posições podem ser destacadas: 1) o ataque deve ser proporcional ao objetivo que a ação se propõe atingir, ou 2) deve ser proporcional a um ataque perpetrado pela parte ora atacada e, necessariamente, sofrido pela parte que ora ataca.

Tendo em vista o primeiro entendimento, a magnitude da ação de Israel deveria ser considerada em relação ao objetivo desse país, particularmente, o desmantelamento de grupos palestinos hostis. Contudo, o entendimento dominante no que se refere à proporcionalidade do uso da força estabelece que a força usada em legítima defesa não pode ser maior que o dano do ataque que lhe deu origem. Partem daí, portanto, as críticas quanto aos ataques israelenses aos palestinos, que claramente não se limitam a uma resposta igual ao dano sofrido.

Além disso, Israel fez um ataque, no início do mês de novembro de 2006, à cidade palestina de Beit Hanoun, que teria matado 26 civis no total. As reações no lado palestino foram imediatas. O Presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, decretou três dias de luto e

responsabilizou Israel pelo que possa acontecer a partir daquela data. Os ataques palestinos, que já haviam aumentado desde junho, intensificaram no mês de novembro, com o lançamento de 20 mísseis em poucos dias após o acontecido em Beit Hanoun. A população palestina realizou uma série de passeatas, envolvendo mulheres, estudantes e membros da comunidade palestina em Israel. Tais passeatas, porém, foram rapidamente dispersadas pela polícia israelense, que não as havia autorizado, com a utilização de bombas de efeito moral.

Karen Koning AbuZayd, comissária geral da agência da Organização das Nações Unidas responsável por refugiados palestinos (UNRWA), argumenta que a defesa dos cidadãos israelenses é totalmente legítima. Porém, deve-se atentar para questões como a justificativa, a proporcionalidade e os efeitos dos ataques. No início do mês de novembro de 2006, a UNRWA estimou que o custo dos reparos necessários para a reconstrução da cidade palestina de Beit Hanoun seria de US\$ 2,5 milhões.

Os ataques israelenses, devido à desproporção do uso da força, assim como devido ao considerável número de civis palestinos atingidos, geram forte oposição por parte dos demais países. Dessa maneira, foi aprovada no dia 17 de novembro de 2006 uma resolução na Assembleia Geral da ONU que solicitava a retirada das tropas israelenses dos territórios palestinos, assim como a criação de uma comissão investigadora para o ocorrido na cidade de Beit Hanoun.

Objetivando evitar a morte de civis, as forças armadas de Israel orientariam a população palestina a evacuar suas casas antes que o ataque aos alvos planejados fosse levado a cabo. O que acabou acontecendo, contudo, foi a aglomeração de civis palestinos em casas que seriam visadas por Israel, como aconteceu no dia 19 de novembro desse ano. A casa do

Primeiro-Ministro palestino, Ismail Haniya foi cercada por civis, o que impediu um possível ataque à mesma. Os palestinos declararam a vitória da “resistência popular”, ao passo que Israel apontaria como mais uma utilização de escudos humanos. O líder do Hamas no norte da Faixa de Gaza, Nizar Riyan, declarou que os homens e mulheres estariam alternando os turnos na proteção dos possíveis alvos de forma que, segundo ele, esta prática poderia comprometer fortemente a eficácia dos aviões de Israel.

O que chamou a atenção de Louise Arbour, Alta Comissária dos Direitos Humanos da ONU, foi o que essa denominou de violação maciça dos direitos humanos nos territórios palestinos. Segundo Arbour, seria inaceitável que civis que não são responsáveis pela situação difícil em que vivem sofram da maneira como os palestinos estariam sofrendo. Seria necessário que a ANP garantisse o cumprimento das leis, ampliando a proteção dos cidadãos por meio das mesmas.

A situação da Faixa de Gaza apresenta um quadro de deterioração progressiva, o que pode levar ao colapso da economia da mesma. De acordo com o Programa Mundial de Alimentos da ONU, 70% da população em Gaza estaria em condições de “insegurança alimentar”. Essa condição seria consequência, além da situação de conflito atual, das sanções internacionais impostas ao governo palestino após a vitória do Hamas nas eleições. O Hamas é visto como organização terrorista por vários países, como pelos que compõem a Europa e pelos Estados Unidos. As sanções teriam como objetivos o desarmamento da organização, o reconhecimento do Estado de Israel, assim como dos acordos anteriores.

Outro agravante foi a suspensão das atividades do Comitê Internacional da Cruz Vermelha em Gaza, após o seqüestro de dois de seus oficiais no dia 21 de

novembro de 2006. Esta suspensão terá impacto bastante significativo, pois, assim como apontou o subcomissário geral da UNRWA, Filippo Grandi, mais de 1 milhão de palestinos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia vivem em profunda pobreza. No caso de Gaza a situação seria pior, devido ao fato de grande parte da população ser constituída por refugiados.

Mahmoud Abbas, com vistas a conseguir a suspensão das sanções impostas ao governo palestino, estaria articulando uma nova formação de governo, que abarcaria membros do Hamas e do Fatah, esse último ligado a Abbas, assim como os demais partidos políticos palestinos.

A supremacia israelense na situação, somada a insistência palestina pelo uso da violência, pode ter como consequência o comprometimento completo da manutenção do território palestino na Faixa de Gaza. No lado palestino, a violação no que diz respeito à prerrogativa essencial do Estado, que seria o monopólio do uso legítimo da força, dificulta fortemente um apoio internacional às demandas daquele povo. Conformando-se com a denominação de ator legítimo no sistema internacional, a partir dos qualificativos do Estado, Israel poderia argumentar que as ingerências sobre o território palestino se dariam em busca da garantia da defesa de sua integridade.

Ainda que argumentos de desproporcionalidade do uso da força possam ser utilizados para condenar as ações israelenses, dificilmente uma haverá a aprovação de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que condene Israel, devido ao apoio estadunidense ao país.

Referência

Sites:

Al Jazeera

<http://english.aljazeera.net/News/>

BBC

<http://www.bbc.co.uk/>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

New York Times

<http://www.nytimes.com>

ONU

<http://www.un.org>

Reuters

<http://today.reuters.com/news/home.aspx>

The Guardian

<http://observer.guardian.co.uk/>

Ver também:

23/02/2005 - [Com nova liderança, Parlamento Palestino pode sofrer sanções políticas e financeiras](#)

03/03/2005 - [Retomada do clima de negociações após eleição de Mahmoud Abbas](#)

30/06/2006 - [Israel ataca a Faixa de Gaza](#)

13/08/2006 - [Perspectivas para o conflito árabe-israelense - Parte I](#)

13/08/2006 - [Perspectivas para o conflito árabe-israelense - Parte II](#)

18/08/2006 - [Proporcionalidade e necessidade: limites impostos pelo Direito Internacional Contemporâneo ao uso da força?](#)

O perfil da migração africana

Resenha
Integração Regional / Segurança

Jéssica Naime
23 de novembro de 2006

Identificam-se as principais características do fenômeno migratório africano, bem como seus impactos e as oportunidades que se descortinam a partir dos fluxos de pessoas e de remessas financeiras.

Contemporaneamente, a migração vem se constituindo como um fenômeno de relevância no debate sobre o desenvolvimento, dados seus substantivos impactos regionais e globais. A África, em especial, caracteriza-se por grandes fluxos migratórios intra-continental e inter-continental.

A região, por meio da União Africana (UA) [ver [Glossário](#)] e da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD – sigla em inglês)¹, comprometeu-se com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU), que, em última instância, “almeja elevar o padrão de vida da população africana, promovendo prosperidade e desenvolvimento”.

Um dos pontos mais críticos desse aspecto seria o fenômeno migratório, que apresenta relação íntima com a pobreza, e que pode gerar impactos significativos de alcance regional e mundial. Contudo, constata-se a escassez de dados

estatísticos, que por sua vez, poderiam informar políticas para lidar com esse assunto.

“Atualmente, os programas governamentais que trabalham para obter informação oficial sobre a migração nos variados contextos dos países africanos têm capacidade limitada, e muitas vezes constituem-se esforços isolados. A coleta de dados é inconstante. Limite na capacidade em identificar, coletar e processar os dados é o fator que constrange a consolidação de um panorama sobre o fenômeno, tanto dentro quanto fora do continente”.

Sob essa alegação, um conjunto de pesquisadores, de diferentes universidades e centros de estudos de países da África, visando suprir a demanda por um melhor entendimento sobre a migração no continente, fundou a Aliança da Migração Africana (AMA).

O primeiro encontro formal da Aliança, realizado em Pretória, em março de 2005, sob coordenação do Departamento de Desenvolvimento Social da África do Sul, reuniu os estudos que vinham sendo realizados por seus membros, e como fruto do seminário produziu-se um relatório, o qual espera-se tenha grande contribuição para o tratamento do problema na África sub-sahariana.

Esse é o documento que ora se analisa. O que se pretende é abordar sumariamente o

¹ Do inglês *New Partnership for Africa's Development*, o NEPAD é um programa de desenvolvimento econômico para a África. Surgiu no âmbito da Organização da Unidade Africana, tendo sido adotada na 37ª sessão da Assembléia dos chefes de Estado africanos. Trata-se do estabelecimento de uma estratégia de ação que vise à redução da pobreza e do subdesenvolvimento africano.

que vem sendo discutido sobre o tema *migração* na África e apontar as diretrizes que possivelmente venham a conformar futuras políticas.

Fatores que caracterizam a migração

Na compreensão dos fatores que levariam à migração, os autores da Aliança apontam para as crescentes taxas de migração econômica, ou seja, a pobreza e a carência de outros bens seriam a principal motivação do fluxo de pessoas intra fronteira assim como além fronteiras. A clássica ligação entre rural e urbano é emblemática: o aumento da população rural em relação aos recursos naturais dos quais dependem tem levado contingentes populacionais para as cidades. Estas, por sua vez, não tem se mostrado capaz de absorver tal mão-de-obra, especialmente em função de seu perfil de baixa qualificação.

O crescente aumento do desemprego urbano demonstra o quanto a migração rural-urbano se apresenta como estratégia inviável para lidar com o fracasso das condições de vida no meio rural. A consequência seria, como indica o relatório, um aumento do fluxo migratório além fronteiras nacionais. A este cenário de esvaziamento da produção rural acompanham-se taxas declinantes de crescimento econômico.

Além do padrão geral indutor da mobilidade populacional – a pobreza – destacou-se fatores específicos que caracterizam o fenômeno na África, os quais discutir-se-á na sequência.

(a) A crise dos refugiados e o problema dos deslocados internos

Para fins de compreensão, aqui entendemos por deslocados internos os refugiados que não chegaram a cruzar fronteiras. Deslocados internos e refugiados caracterizam-se por um deslocamento forçado de populações motivado por conflitos, perseguição

política a minorias e conseqüente colapso econômico em sua pátria-mãe.

O problema dos refugiados na África subsahariana, segundo aponta a Aliança, está relacionado à prevalência de conflitos na região dos Grandes Lagos², na África Oriental, cujo destino clássico desses fluxos migratórios é, principalmente, o Chifre da África³. Mais recentemente, parece estar havendo deslocamento de pessoas originárias de Côte d'Ivoire⁴ e Libéria rumo ao oeste.

O fluxo de refugiados e deslocados internos é passível de grande variação: configura-se em função da existência e intensidade de conflitos. Ressaltou-se que os Estados de Burundi e Ruanda, nos Grandes Lagos, “nunca experimentaram paz desde a independência: têm estado sob o poder de sucessivos regimes militares, o que incitou consideráveis fluxos de refugiados e marcas indeléveis das disputas, inclusive guerras civis”. O que indica que mesmo sujeitas a variações, decorrentes do acirramento ou arrefecimento desses conflitos, as taxas de emigrações na região ainda assim se apresentam elevadas ao longo do tempo. Segundo dados expostos no relatório, a região representava 54% do estoque de emigrantes em toda a África em 1990; em 2000, esse percentual havia declinado para 36%, em contrapartida a um aumento dos deslocados internos, que em 2002 teria superado o número daqueles formalmente designados refugiados.

A chegada desses refugiados nos países hospedeiros normalmente ocorre em relativamente curto período de tempo, e

² A região dos Grandes Lagos abrange os seguintes países: Burundi, Ruanda, Uganda, Tanzânia, República Democrática do Congo e Quênia.

³ Região que se refere a Djibuti, Eritreia, Etiópia, Somália e Sudão.

⁴ O país é comumente chamado em português de Costa do Marfim. O tratamento em sua língua original dá-se em função de um pedido do governo marfinês à sociedade internacional.

estes podem desaparecer rapidamente ou permanecer indefinidamente. Representam sérios problemas para a economia hóspede, uma vez que chegam carentes de assistência e serviços, o que representa uma dificuldade e até um fardo para o planejamento [orçamentário] do país destino. A despeito do potencial de fricção, destacou-se que muitos países hóspedes têm demonstrado boa performance em lidar com tais contingentes populacionais. Cita-se o exemplo de Gana, que chegou a alocar uma cidade inteira para abrigar uma leva de refugiados, dando condições de permanência pelo tempo que desejassem.

Apesar de o perfil de refugiados e de deslocados internos ser bastante similar, os últimos normalmente não são reconhecidos por missões da ONU e, portanto, não contam com proteção oficial, aponta o relatório. Chama-se atenção para as estimativas de organizações humanitárias que atuam nas regiões de conflito: no presente, acredita-se que cerca de 2,5 milhões de deslocados internos encontram-se na porção oriental da República Democrática do Congo, dos quais 1,7 milhão não teria comida, 1,3 milhão seriam soropositivos e aproximadamente mil seriam vítimas de minas terrestres.

(b) Remessas financeiras enviadas por migrantes e o movimento da força de trabalho

O aumento da migração econômica significa que a renda familiar de muitos domicílios é fortemente dependente das remessas financeiras do(s) membro(s) migrante(s). Tais recursos são normalmente utilizados para a obtenção de serviços básicos – com ênfase em saúde e educação –, investimento em agricultura, pequenos negócios ou outras atividades lucrativas. O relatório indica ainda que tais remessas são também canalizadas, por meio de associações voluntárias de migrantes, para a instalação de benfeitorias de uso

comunitário como clínicas e mercados. Em ambos os casos as remessas assumem ou complementam governos locais no provimento de serviços básicos, aponta o relatório. Tais associações de migrantes, de outro lado, seriam o canal para o fluxo constante de informações – e migrantes – acerca de oportunidades de trabalho nos países destino.

A dependência dessas remessas gera novas pressões no âmbito familiar para que membros deixem seus lares na busca de trabalho e renda, mesmo que o migrante não encontre condições de fazê-lo de forma legalizada, estando sujeito à vulnerabilidade e desvantagens associados ao fluxo ilegal.

(c) A diáspora africana e a fuga de cérebros

A pressão para migrar também é pertinente aos africanos mais qualificados profissionalmente. Este tipo de mão-de-obra tem maiores chances de se inserir no mercado de trabalho dos países de destino, bem como são melhor remunerados, o que pode resultar em remessas financeiras mais volumosas ao país de origem. Entretanto, aponta o relatório, a *fuga de cérebros* – como é denominada a saída de trabalhadores qualificados para outros países – tem impactos negativos para a economia doméstica e conseqüentemente para o desenvolvimento nacional.

Tais profissionais saem em busca de melhores condições de vida, trabalho, salários e estabilidade política, assim como os pouco qualificados. Contudo, aqueles tendem a ser mais bem sucedidos. O relatório lembra que muitos profissionais, principalmente os da saúde, tem sido recrutados para trabalhar em outros países. Enfermeiras e médicos do Zimbábue, Nigéria, Quênia, Gana, Senegal, Malawi e África do Sul foram recrutados para trabalhar para o Serviço Nacional de Saúde britânico, o que gerou protestos por parte dos governos locais, que alegam não poderem arcar com os

altos custos de treinar os profissionais para que eles sejam levados aos países mais ricos. Uma vez que não há retorno domesticamente do investimento feito em profissionais qualificados, fala-se da necessidade em controlar tais práticas de recrutamento predatório que artificialmente elevam as taxas de migração.

O quadro parece vir se agravando desde princípios da década de 1970 quando se observou um incremento da migração africana rumo a Europa, América do Norte e estados do Golfo, sendo que entre 1960 e 1987 o continente perdeu cerca de 30% de seus profissionais bem qualificados. Na década de 1990, as taxas migratórias sofreram nova aceleração. Nesse período, de acordo com o relatório, uma média de 23 mil profissionais com nível superior e 50 mil executivos teriam deixado o continente a cada ano.

(d) A feminização da migração

Ao longo do seminário em Pretoria, destacou-se também o aumento da participação de mulheres entre os migrantes africanos. A tendência estaria ligada ao fracasso do modelo econômico de subsistência doméstica, o que motivaria as mulheres a buscarem outras formas de obtenção de renda.

A progressiva mudança nesse sentido conduz a mudanças societárias. Apontou-se que, lideradas por mulheres bem sucedidas capazes de sustentar sozinhas seus domicílios, as mulheres de baixa qualificação, potenciais migrantes, estão clamando pelo direito de mudar livre e independentemente. “Na medida em que as mulheres não mais dependem dos homens quanto à renda e ao bem-estar dos filhos, a subordinação feminina em muitas sociedades tradicionalmente patriarcais está se esvaindo, libertando as mulheres da prisão social doméstica e concedendo-lhes autoridade sobre seus próprios direitos”, conclui o relatório.

Consideraram-se duas possíveis

consequências para o empoderamento⁵ das mulheres africanas. A primeira é que o ganho de poder e participação das mulheres na sociedade africana pode contribuir significativamente para um avanço generalizado da economia no médio e longo prazo. A segunda remete aos impactos negativos de se transferir responsabilidades econômicas a mulheres pobres e com baixa escolaridade, “que freqüentemente não têm a qualificação ou autonomia social reconhecida de que necessitam para mover-se livremente, assumir postos de trabalho ou conduzir os negócios”. Esta nuance do empoderamento pode ser conducente a um aumento ainda maior da pobreza, principalmente àqueles domicílios chefiados por mulheres, conclui a Aliança. E acrescenta que o súbito empoderamento feminino e a migração de mulheres pobres e com baixa escolaridade sem o suporte adequado pode culminar em sua prostituição.

(e) Xenofobia

Ressalta-se a crescente xenofobia como fator de risco para a população migrante. Tal sentimento é percebido não só nos países industrializados, como aqueles da Europa, que são tradicionalmente o destino de grande parte do fluxo migratório africano, mas também entre os países africanos, especialmente aqueles que conseguiram maiores níveis de desenvolvimento e provimento mais eficiente de serviços públicos.

A xenofobia tem aparecido mesmo em regiões que são habitualmente receptoras de migração, e manifesta-se no relacionamento social, assim como em algumas políticas. “A recepção hospitaleira não é mais lugar comum em muitos países da África. Cada vez mais líderes políticos têm apelado ao uso da etnicidade e religião como artifício para

⁵ Do inglês *empowerment*. O termo refere-se ao ganho de poder decisório e de participação de uma dada comunidade, sociedade ou grupo.

reclassificar residentes estrangeiros de longo tempo como não-nacionais. Estes são também estigmatizados como criminosos e como disseminadores de doenças, incluindo a Aids em Botswana e África do Sul”.

Tais políticas anti-migrantes vêm refletindo a sensação existente na sociedade de que os migrantes ocupam oportunidades de trabalho e se aproveitam dos serviços providos pelo Estado. Côte d'Ivoire e Botswana são exemplos de países que adotaram políticas para restringir a inserção de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho, bem como o estabelecimento de residência permanente. Tal comportamento estaria embasado num forte sentimento sobre sua identidade nacional e direitos de cidadania, o que se observa especialmente em Botswana.

Atos de violência seriam lugar comum nessas situações. Relatou-se, na África do Sul, ocorrências que envolviam migrantes estrangeiros como o ataque a trabalhadores informais, incêndios criminosos a suas moradias e tratamento severo por parte da polícia.

Em decorrência do fenômeno, afirma o relatório, os migrantes, ao encontrarem dificuldades de se estabelecerem nas regiões tradicionais de destino, estão buscando rumos mais diversificados. Por exemplo, migrantes originários de colônias francesas têm se dirigido cada vez mais para Itália, Portugal, Bélgica, Alemanha e Espanha.

Os impactos da xenofobia são apontados em termos de riscos para os migrantes que enfrentam situações hostis, que se materializam em riscos de vida e condições insalubres de trabalho e moradia. Principalmente se tais condições forem geradas e, portanto, endossadas, pelas políticas anti-migratórias.

(f) Tráfico Humano

O continente africano é palco desse tipo de prática já há muitos séculos, tendo “exportado” trabalhadores para as colônias européias no período da expansão ultramarina. Contemporaneamente o quadro permanece com altos índices. Tráfico humano é entendido, sob a ótica da Aliança, como “recrutamento, transporte, transferência, aporte ou receptação de pessoas com o propósito de exploração sexual ou da mão-de-obra, trabalho forçado ou escravidão”.

Mulheres e crianças seriam o principal alvo do tráfico de pessoas. Relacionou-se algum padrão desse tipo de prática. Mulheres são geralmente recrutadas para trabalhar em bordéis. Crianças o são para trabalho em lavouras ou serviço doméstico. Normalmente são ofertadas por membros da própria família, em função de severas necessidades econômicas. Tendem a permanecer sob condições forçadas de trabalho por algum tempo, quando recebem alguma sub-remuneração⁶ por seu trabalho e são então liberadas para retornar a seus lares. De acordo com o relatório, é comum crianças que percorrem sozinhas longo caminho de volta, em que estão sujeitas a violência e risco de morte.

Estima-se que cerca de 1,2 milhão de crianças sejam recrutadas ao trabalho forçado mundialmente. O quadro apresenta-se, então, como um desafio no que concerne os direitos humanos. Segundo a Aliança, políticas de âmbito internacional precisam ser adotadas para tratar o problema, que tem raiz na extrema pobreza em que se encontram um número considerado de sociedades em diferentes países.

⁶ Entende-se, aqui, por sub-remuneração o pagamento por serviços prestados de valores abaixo daqueles de mercado, caracterizando exploração econômica da mão-de-obra.

Considerações Finais

Quando se trata de fatores conducentes à migração, identificam-se fatores de expulsão e outros de atração. Muitas vezes os dois fatores estão combinados, visto que aqueles que saem de sua terra natal se dirigem, na medida do possível, a regiões mais prósperas. Na África, severa privação econômica e instabilidade política (perseguições e conflitos armados) são os principais fatores de expulsão de grandes contingentes populacionais. Os fatores de atração são, justamente, aqueles que representam alívio para tais situações: estabilidade política e econômica, boa governança e aprovisionamento efetivo de serviços e bens públicos, incluindo oportunidades de trabalho.

A Aliança conclui o relatório enfatizando a necessidade de se estabelecer políticas para tratar a questão, que sejam amplamente adotadas pelos Estados e organizações internacionais. Ressalta a premência de consolidar banco de dados que informem sobre o problema, para que então seja possível a conformação de políticas para tratá-lo.

Em alguns de seus aspectos a migração pode ser antes uma oportunidade do que uma ameaça, no que diz respeito à promoção do desenvolvimento africano. Muitos governos estão consolidando mecanismos de canalização das remessas financeiras enviadas por seus nacionais que se encontram além fronteira. Investimentos específicos podem auferir boa taxa de retorno ao capital, bem como são ferramentas para o migrante que deseja promover ajuda a sua comunidade de origem. Profissionais bem qualificados representam maiores oportunidades nesse sentido, dado o maior nível de renda e conseqüente capacidade de investir. Estes têm sido um grupo-alvo para os governos. De outro lado, a população com baixa qualificação representa a grande maioria dos migrantes, e não podem ser desconsiderados por tais políticas. Nesse sentido, a articulação de associações de

migrantes é fundamental para o direcionamento de grandes volumes financeiros em prol do investimento em infra-estruturas e equipamentos de atendimento à população e na promoção do desenvolvimento nacional.

Referência

CROSS, C.; GELDERBLUM, D.; ROUX, N.; MAFUKIDZE, J. (eds.) Human Sciences Research Council (HSRC). **Views on migration in sub-Saharan Africa:** proceedings of an African Migration Alliance Workshop. South Africa, 2006.

Sites:

Eldis Gateway to Development Information

<http://www.eldis.org/>

New Partnership for Africa's Development – NEPAD

<http://www.nepad.org/>

União Africana

<http://www.africa-union.org/>

Wikipedia

<http://www.wikipedia.org>

Ver também:

06/10/2006 – [O Diálogo de Alto Nível para Migração e Desenvolvimento: lições para a África](#)

07/06/2006 – [A fragilidade do Estado Somali e o aumento da instabilidade no país](#)

19/10/2005 – [Refugiados retornam a Ruanda](#)

Conjuntura**Internacional**

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: André Lemos Klausing; Frederico de Faria e Silva; Jéssica Naime; Layla Dawood; Lígia Franco Mello; Luiz Fernando Liboreiro; Raphael Rezende Esteves; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

